

## **VIAGENS FILOSÓFICAS E REPRESENTAÇÕES DO MUNDO NATURAL NOS ESCRITOS DE JOÃO DA SILVA FEIJÓ - CAPITANIA DO CEARÁ (1799 – 1816);**

**ANTONIO JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA\***

Em fins do século XVIII, a Coroa lusitana é despertada para prospecção e perscrutação de áreas periféricas e remotas do Império, principalmente após uma série de reformas no reinado de D. José I (1750 – 1777), postas em prática por Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras, posteriormente, Marquês de Pombal, que visavam, por diversos meios, fortalecer o Estado Português. Tais reformas incidiram diretamente no âmbito educacional e nas instituições científicas do reino, notadamente a Universidade de Coimbra (1772), a criação do Museu Real da Ajuda (1768) e a criação da Academia de Ciências de Lisboa (1779).

No ambiente de intensa crítica às proposições dos jesuítas, expulsos do reino em 1758 e de toda a extensão do Império Ultramarino em 1759, as reformas educacionais ficaram sob o encargo de regalistas<sup>1</sup>, dentre os quais o oratoriano Luís Antonio Vernei<sup>2</sup> e Dom Francisco de Lemos<sup>3</sup>, este último um dos responsáveis pelas reformas na Universidade de Coimbra e pela elaboração de seus novos Estatutos, publicados em 1772. Ainda na década de 1760, é erigida a Real Escola dos Nobres, evidenciando as intenções e projeções futuras na construção de um homem novo português em diversas frentes, tanto no que trata às responsabilidades sobre os encargos administrativos e burocráticos do Estado, quanto às possibilidades de abertura à ciência moderna. (MAXWELL, 1996)

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Cultural na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CNPq.

<sup>1</sup> A categorização do termo regalista, em sua conceituação no século XVIII, manifesta as intenções de um numeroso grupo de intelectuais que almejavam diminuir o poder de Roma sobre os demais Estados Absolutistas, propondo uma clara distinção dos poderes do Estado e da Igreja, e embora eminentemente católicos, afirmavam a preponderância do poder do Estado sobre as intenções da Igreja. Para uma boa discussão.

<sup>2</sup> Luís Antonio Vernei (1713 – 1792) se tornou célebre em Portugal principalmente por seu excepcionalmente comercializado e difundido “*Verdadeiro Método de Estudar*: para ser útil à República e à Igreja, proporcionado estilo e necessidade de Portugal”. Publicado no início de 1764.

<sup>3</sup> Dom Francisco de Lemos (1732 – 1814), um dos grandes intelectuais do período pombalino e um dos responsáveis pela elaboração dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772.

Nesse âmbito, já em finais da década de 1770 a Coroa lusitana passa a patrocinar o que se convencionou chamar de *viagens filosóficas*, onde os recém-formados na Universidade de Coimbra são incumbidos da descrição e prospecção de recursos naturais passíveis de serem explorados. Importante salientar que se tratava de um período crítico, política e economicamente para o Império, onde os recursos auríferos das regiões mineradoras no Brasil já demonstravam séria decadência, as fronteiras eram frequentemente alvo de disputas com os espanhóis, principalmente depois da derrocada do Tratado de Madri, e a Guerra dos Sete Anos (1762 – 1769), que pôs como aliados os reinos Bourbon, franceses e espanhóis, contra a temível aliada de Portugal, a Grã-Bretanha.

As *viagens filosóficas*, demonstrando uma faceta ilustrada do pensamento lusitano de finais do século XVIII, corresponderiam, por um lado, às viagens empreendidas por homens da Coroa com o intento de um inventário das potencialidades em toda a extensão do Império, e por outro, empreenderiam uma ambição do pensamento científico português, que sob a égide da História Natural, e encabeçado pelo paduano Domenico Vandelli, esperavam perscrutar as maravilhas do mundo natural das colônias portuguesas na América e na África. (KURY, 2008)

Com essas transformações na política educacional e científica há também uma transformação no modo de pensar e representar o mundo natural. Em relação à Universidade de Coimbra, o modo de pensar se alteraria profundamente no sentido de uma maior valorização do experimento, da empiria em contraposição aos antigos dogmas instituídos, atributos da educação de moldes escolástico-aristotélicos, apregoada pelos membros da Companhia de Jesus. (BRIGOLA, 2008; GAUER, 2001)

Importante contribuição nessa transformação foi a presença do paduano Domenico Vandelli por mais de quatro décadas em terras lusitanas. Em Portugal desde 1764, é considerado o “mais importante museólogo setecentista de Portugal e de seu império” (BRIGOLA, 2008; 41). Com uma forte rede de contatos em diversas instituições e museus europeus, correspondente dentre outros do próprio Karl Von Lineé, o naturalista esteve à

frente de diversos empreendimentos reformistas nas instituições lusitanas, tais como a criação do Real Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, em 1768, na própria Universidade de Coimbra, onde ocupou cargos de 1772 a 1791, e ainda na Academia de Ciências de Lisboa.

À frente do Real Museu da Ajuda, o intento de Vandelli, como diretor da instituição, era atrelá-lo ao projeto de reconhecimento das terras além-mar, sua própria rede de relações exultava com a possibilidade de ter em mãos as maravilhas botânicas das colônias africanas e americana. Além disso, Domenico Vandelli também apostava na possibilidade de publicação de uma *História Natural das Colônias*. Para isso, contava com a possibilidade de um intensivo treinamento de jovens universitários de Coimbra, estudantes de Filosofia e Matemática, oriundos, em sua grande maioria, do Brasil.

Para alcançar tal objetivo, no entanto, se fazia necessária uma dinâmica de organização com a qual se pudesse padronizar minimamente os escritos dos diferentes filósofos naturalistas, desse modo, em 1779 Domenico Vandelli escreve uma espécie de manual para os viajantes que estivessem à serviço da Coroa lusitana, possibilitando dessa maneira, o entendimento mútuo, e evitando que os filósofos naturalistas luso-brasileiros se deixassem levar demasiado por suas próprias impressões e encantamentos. Exigia-se dos seus jovens discípulos que suas descrições estivessem harmonizadas, e de acordo com uma ideia de objetividade, cara ao pensamento iluminista. Trata-se de “*Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*”.<sup>4</sup>

Nessa orientação geral direcionada aos naturalistas incumbidos da *Viagem filosófica*<sup>5</sup>, Vandelli deixa clara a importância da preparação no sentido do aporte material (diários, material de desenho e de coleta de espécimes), para que a viagem não acarrete em

<sup>4</sup> VANDELLI, Domenico. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes, 2008, pp. 93 – 158. (escrito em 1779, mesmo ano de criação da Real Academia de Ciências de Lisboa).

<sup>5</sup> Lorelai Kury define a viagem filosófica como as viagens praticadas pelos homens de ‘ciência’ “capazes de perceber que a felicidade do gênero humano depende da elaboração de um inventário do mundo e da intensiva utilização dos produtos naturais. A concepção filosófica de economia da natureza permitiu que pessoas ligadas a Vandelli tivessem a percepção da necessidade da preservação das matas e da racionalização da exploração das riquezas naturais”. (KURY, 2008: 75)

fracasso, tanto no que trata a importância atribuída à Coroa portuguesa na expansão e reconhecimento de suas longínquas terras, e, por conseguinte, as possíveis riquezas naturais com as quais esperava se defrontar, e, por outro lado, os intentos de Vandelli no que trata aos avanços da ciência, do reconhecimento de novas espécies em regiões ainda inexploradas sob o olhar da ciência.

Nesse sentido, em *Viagens filosóficas*, Domenico Vandelli, explicita claramente com o que principalmente deve se ocupar o filósofo-naturalista. A princípio, este é incumbido da precisão, em termos de latitude e longitude, do lugar onde se exerce suas descrições, as circunstâncias do dia, os produtos encontrados, a “riqueza” ou “pobreza” dos produtos, além da descrição da vizinhança e as circunstâncias com a qual o filósofo-naturalista lidou em sua empreitada. Uma verdadeira corrida de redescobrimto, mapeamento e reconhecimento por meios técnicos e científicos de suas longínquas terras ultramarinas. No entanto, haveria ainda espaço para o novo, o desconhecido: e assim Vandelli acrescentaria à suas “Breves Instruções” a possibilidade de descrição de “*circunstâncias mais notáveis*”, que por ventura, o naturalista julgasse necessário tomar nota.

Essa orientação, dividida em tópicos, nos permite entrever aquilo que Domenico Vandelli considerava de suma importância de reconhecimento e de ser representada pelos seus naturalistas: iniciando pelas caracterizações “Do Ar”, “Do que deve principalmente observar o naturalista nos lugares à beira-mar”, “Da mineralogia”, “Dos rios, fontes minerais e lagoas”, “Do reino das plantas”, “Do reino animal”, “Dos insetos”, “Da preparação dos animais”, e principalmente, “Do conhecimento físico e moral dos povos”. Quanto a esta última orientação, por exemplo, Vandelli enfatiza a necessidade de indicar minimamente o que ele considera serem as “bases da sociedade”, buscando também a compreensão dos elementos humanos nativos das possessões portuguesas e sua organização social, buscando compreender “se a agricultura está aumentada ou enfraquecida, se o comércio dá ao Estado o maior interesse possível, os gêneros que existam nele, se são os mais interessantes, e os que podem servir a isso, ignorados muitas vezes pelos seus possuidores.” (VANDELLI, 2008: 93 - 158)

Nesse sentido, é interessante notar o entrelaçamento dos interesses materiais e econômicos da Coroa lusitana com o interesse no desenvolvimento dos conhecimentos científicos em Portugal, por muito tempo cerceados pelas doutrinas escolástico-aristotélicas do ensino público que ficava ao encargo da Companhia de Jesus. Vandelli evidencia isso quando afirma:

Antes de tratar das diversas produções da natureza que constituem o globo terrestre, seria preciso dizer alguma coisa da história geral da Terra, e fazê-la preceder à história particular das suas produções. Mas como este não é lugar de expor os diversos sistemas que têm excogitado os naturalistas para explicarem a seu modo a formação da Terra e os fenômenos mais notáveis que observamos das revoluções acontecidas no globo, mas somente de apontar as coisas mais gerais que sirvam de luz ao conhecimento dos indivíduos naturais, de que possa resultar a Portugal algum interesse, tudo fica incumbido do nosso viajante. *Ele correndo boa parte do mundo, encontrará a cada passo monumentos irrefragáveis da Antiguidade, que lhe podem sugerir ideias sobre a verdadeira teoria da Terra.* (VANDELLI, 2008:104)

Ora, evidencia-se no pensamento de Vandelli, o ambiente cultural do “*sapere audi*”, ou “*ouse saber*”, também tida como a saída do ser humano de sua tutela ou minoridade intelectual para a maioria intelectual, ou autonomia de pensamento. E isso é bem evidenciado por Vandelli, quando explicita a liberdade dos naturalistas em questionar os pressupostos e axiomas até então estabelecidos, e se disporem do crivo de sua razão e da experiência empírica para tanto.

Antonio Ribeiro Sanches (1699 – 1783), ferrenho defensor da separação total entre a Igreja e Estado, postulava ideias semelhantes na década de 1760, em suas “*Cartas para a educação da mocidade (1760)*”, por exemplo, referindo-se especificamente à importância dos estudos da Física, escreve que os professores poderiam:

Demonstrar as propriedades dos elementos, a óptica, a mecânica e a estática [...] de modo a ver, pelo uso desses instrumentos, que os resultados eram causados não por milagres, mas pelos efeitos da natureza [...] e os alunos veriam as provas do que era ensinado. (MAXWELL, 1996: 114)

Essa forma de pensar também se evidencia nos escritos dos jovens naturalistas. João da Silva Feijó, por exemplo, em suas investigações filosóficas no sul da Capitania do Ceará, põe à prova, e sob o crivo da razão e da experiência os pressupostos teóricos de muitos

naturalistas setecentistas, e até mesmo toma partido perante o que Antonello Gerbi convencionou chamar de polêmica do Novo Mundo, questionando as afirmativas degradantes de Buffon em relação ao “Mundo Novo” (GERBI, 1996):

Não é menos para notar-se a grande quantidade de ossada fóssil de grandioso tamanho, como vértebras, costellas, fêmures que se encontram perto d’aquela serra, para onde se diz Cronzó em uma lagoa denominada da Catharina. Que exemplos pois para suas provas não deduzirão destes objetos os sectários do celebre systema de Buffon? Não menos para aqueles naturalistas, que se persuadem que não podem petrificar as substancias moles ou carnosas dos animais.<sup>6</sup>

Nesse sentido, é que se observa nos projetos lusitanos de meados do século XVIII, esse entrelaçamento dos interesses econômicos da Coroa lusitana, assim como também no desenvolvimento científico, na elaboração de uma nova forma de pensar, enfim, de um novo homem nos domínios lusitanos, apesar das especificidades e dos fatores paradoxais que se evidenciam nesse enxerto de pensamento das Luzes em Portugal.<sup>7</sup>

Maria Odila Dias, em “*Aspectos da Ilustração no Brasil*”, ressalta ainda as peculiaridades do assim chamado iluminismo luso-brasileiro, que, contando com o amparo do Estado Absolutista lusitano, trazia em seu seio uma ideia reformista da sociedade. Dessa maneira, caracterizar-se-ia em suas instituições por um pensamento mais técnico e por uma fé fervorosa na transformação da sociedade que a ciência poderia acarretar, obliterando, por outro lado, quaisquer aspectos que poderiam advir para uma crítica mais radical da sociedade e da política da Coroa lusitana, posto que os mesmos indivíduos que se instruíam juntamente ao Estado galgavam cargos e privilégios a partir do mesmo.

Odila ressalta então que em fins do século XVIII e início do século XIX, três elementos são importantes na caracterização das atividades desses “ilustrados” luso-brasileiros: o pragmatismo desses estudiosos na busca em ser útil a sociedade, e mais notadamente à sua terra natal, a política de Estado bem determinada, ancorada na ideia de

<sup>6</sup> FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a Capitania do Seará. Revista “*O Patriota*”. V. 3; n° 1. pag. 56.

<sup>7</sup> Importante levar em consideração também o caráter paradoxal do Iluminismo em Portugal, que estava longe de ter como preocupação principal a emancipação e a questão das liberdades individuais, e estava muito mais associado a uma ideia de ordem e ao fortalecimento do Estado. Como bem enfatiza Keneth Maxwell, o iluminismo acabou por se coadunar muito mais com o Absolutismo do que com o Constitucionalismo.

reformismo da sociedade, e ainda, o entrelaçamento dos interesses desses estudiosos com a elite rural brasileira.

Quanto à política de Estado, ressalta-se ainda o intento da Coroa lusitana que incidia de maneira mais notável sobre o mundo natural. Percebe-se uma ampliação das buscas da Coroa lusitana por recursos naturais a serem aproveitados, busca esta que incide sobre os mais recônditos rincões do império marítimo. Desde as Ilhas de Cabo Verde, o interior de Angola e Moçambique, até os recônditos da América Portuguesa. Na Capitania do Ceará, por exemplo, as listas de “produtos naturais” enviados ao Secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, se avultavam desde fins do século XVIII, com administradores e ouvidores da Capitania, como João Batista de Azevedo de Montauray, que, em 1784, e Manuel Magalhães Pinto e Avellar, em 1786.

Dessa maneira, os recém-formados filósofos-naturalistas foram enviados aos mais recônditos lugares do Império lusitano, no intento da elaboração desse inventário do mundo, e principalmente no sentido do engrandecimento do reino com as potencialidades dos recursos naturais das colônias africanas e americana. Nesse sentido, tais naturalistas, de feitio prático e espíritos pragmáticos, buscaram adaptar as leituras adquiridas na Europa ao ambiente da colônia, com uma valorização maior da agricultura e das atividades ligadas à terra, influenciados, dentre outras ideias, pela fisiocracia francesa. (DIAS, 2005)

João da Silva Feijó foi também um desses ditos “ilustrados” luso-brasileiros que serviram à Coroa portuguesa na extensão do Atlântico. Nascido por volta de 1760 numa pequena vila da Capitania do Rio de Janeiro, chamada Guaratiba, e advindo de uma família de reconhecidos recursos na colônia americana em meados do século XVIII, compondo aquilo que José Murilo de Carvalho chama de “ilha de letrados num mar de analfabetos” (NOBRE, 1978; CARVALHO, 1996), com pouco menos de 20 anos encontra-se em Portugal, complementando seus estudos. Forma-se em Engenharia e Ciências Naturais na Universidade

de Coimbra<sup>8</sup>, e ainda jovem assume a cátedra de botânico na Academia Militar de Lisboa, através desta entra em contato com um dos maiores nomes da Universidade de Coimbra, Domenico Vandelli, que ao lado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho empreendem uma série de medidas no sentido de mapeamento e pesquisas dos recursos naturais no Império Marítimo Português, assim como se empenham em sucessivas propostas de “melhorias” e intervenções nas diferentes capitanias do Império, com o intuito do engrandecimento do reino, e o aumento da Fazenda Real. (NOGUEIRA, 1888)

É fazendo parte desse empreendimento que João da Silva Feijó assume o cargo de naturalista nas ilhas de Cabo Verde no período de 1783 a aproximadamente 1795, onde também é nomeado secretário do governo, continua mantendo contatos com as instituições revigoradas e recém criadas em Portugal, como a Universidade de Coimbra, a Academia Real de Ciências de Lisboa e o Museu Real da Ajuda.

Na Capitania do Ceará, a partir de 1799, ocupa então o cargo de sargento-mor e naturalista da Capitania e foi incumbido pela Coroa de observar, descrever e relatar as possíveis riquezas naturais que por ventura encontrasse na região. Ao longo dos subseqüentes 17 anos, Feijó escreve sobre a Capitania e empreende suas buscas principalmente em torno do salitre e dos antigos relatos mitológicos acerca do ouro, estes provenientes desde a presença neerlandesa na Capitania no século XVII.

Nesse ínterim, galga degraus na hierarquia militar, passa de Sargento-Mor a Tenente-Coronel, e com isso, já em 1802, entra em conflito com alguns administradores da Capitania, deixando indícios de divergências entre o projeto da Coroa lusitana acerca do mundo natural e sua execução na Capitania, como os conflitos entre Feijó e o representante da tesouraria Francisco Bento Maria Targine que envia carta à Coroa lusitana pedindo que:

Seja servido mandar suspender a extração do salitre nesta capitania e a continuação das obras do laboratório de lixiviação e chrialização do dito gênero na Tatajuba, e

---

<sup>8</sup> Há algumas divergências em relação ao lugar onde João da Silva Feijó teria complementado seus estudos em Portugal. Geraldo da Silva Nobre, por exemplo, afirma que o João da Silva Feijó teria estudado na Academia Militar de Lisboa – Academia Real da Marinha, onde provavelmente teria conhecido Bernardo Manoel de Vasconcelos, primeiro Governador Geral da Capitania do Ceará como Capitania autônoma, de 1799 a 1802.

da refinação dele nesta villa, cuja despeza montará acima de 20 mil cruzados, e isto apesar dos fantásticos planos do intrigante Naturalista João da Silva Feijó e das aparentes máximas com que pretende sobre eles levantar o edifício de seu interesse e fortuna, valendo-se da illiberalidade das vistas do finado governador.<sup>9</sup>

No Ceará, no entanto, algumas outras investigações já haviam ocorrido, como a “viagem filosófica” por João Machado Gaio em julho/agosto de 1784, em que descreve em algumas páginas, seguindo as orientações de Domenico Vandelli, aspectos hidrológicos, zoológicos, botânicos e mineralógicos. Alguns administradores da Capitania também já haviam elaborado suas relações e listas de recursos naturais a serem explorados, como o Capitão-mor João Batista de Azevedo de Montauray, que enviando alguns caixotes, afirma:

se a capitania tiver a felicidade de ser auxiliada e promovida, com cujo benefício talvez não só igualasse, mas também disputasse a primazia às outras florescentes capitanias deste continente do Brasil com bem vantagem e interesse do real serviço, segundo o meu fraco modo de pensar. (NOGUEIRA, 1888: 256)

Ainda em 1786, o Ouvidor da Capitania Manuel Magalhães Pinto e Avelar se prontifica junto à Coroa portuguesa a fazer algumas investigações acerca do mundo natural, principalmente acerca de minérios e de espécimes botânicas que viessem a ser úteis nas projeções lusitanas, assim, Pinto e Avelar afirma:

Na vinda eu passo a remeter a V. Ex<sup>a</sup> (D. Maria I) algumas aquisições importantes de mineralogia e Botânica: e, sobretudo dos adquiridos conhecimentos e observações, com que faça satisfação do deveres de meu ofício apresentado a V. Ex<sup>a</sup> hua memória sobre esta Capitania que abranja hua descrição geográfica dela: hua descrição topográfica dos detalhes mais interessantes (...) algumas observações históricas, filosóficas e políticas: o estado atual da Capitania e hum projeto de reforma e melhoramento dela, no que toca a religião; no que toca ao militar; no que toca ao civil, no que toca às finanças, a agricultura, ao comércio e nesta pronta, averiguar a mútua utilidade, que deve voltar ao Reino, e a esta Capitania fazendo-se o comércio dela daqui para Portugal, e não intermediadas por Pernambuco, o que tais perdas aos [ilegível] hirão ter caixa, perdendo seu valor, que podiam redundar em benefícios ao Reino, e não de uma outra Capitania. Eu já tenho adquirido algumas memórias sobre cada um destes objetos, esperando que V. Ex<sup>a</sup> queira desculpar com sua indulgência de hua alma grande os pequenos e maçantes esforços

---

<sup>9</sup> O “finado governador”, era Bernardo Manuel de Vasconcellos, antigo Capitão de Esquadra nas campanhas contra a Espanha, e que ocupa o cargo Governador da Capitania nos primeiros anos de sua autonomia em relação à Capitania de Pernambuco entre 1799 e 1802. Vasconcellos era um entusiasta dos projetos do naturalista na Capitania e um de seus grandes apoiadores. Com sua morte, em 1802, Feijó começa a encontrar dificuldades na execução de seus planos, principalmente na extração de salitre. Cf. NOGUEIRA, 1888;

de um espírito ainda não formado e que principia e que só deseja satisfazer de alguma feita ao emprego que dava à benignidade de Vossa Ex<sup>a</sup> e da Soberana.<sup>10</sup>

A citação é longa, no entanto, nos deixa entrever alguns elementos que estavam postos naquele momento no que trata à relação da centralidade<sup>11</sup> do Império Português e os distantes rincões de seu Império, no caso, à Capitania do Ceará. Nos leva a questionar, além de um esboço de um processo de reorganização, da até então, Capitania anexa, também a importância atribuída às memórias filosóficas, o que viria a descrever as possíveis riquezas naturais a serem exploradas na Capitania, e ainda elementos outros que denotavam importância à centralidade do Império e que deveriam ser levados em consideração nas representações e nas memórias enviadas, tais como a agricultura, a mineralogia, e ainda o estado do comércio e da navegação.

Nos anos subsequentes, as relações de produtos se multiplicaram, anualmente se enviava amostras de minérios, como a prata de Ubajara ou salitre de nitreiras naturais, de madeiras para a fabricação naval ou mesmo espécimes de utilidades medicinais. Enfim, a Coroa lusitana em fins do século XVIII passou a tomar uma postura mais incisiva em relação às investigações do mundo natural e seu aproveitamento, buscando nos mais recônditos rincões, recursos naturais a serem explorados, aproveitados no engrandecimento do reino.

João da Silva Feijó insere-se nesse processo. A partir de 1799, coincidindo com a separação e autonomização da Capitania do Ceará em relação a Pernambuco, e durante os

---

<sup>10</sup> Carta do ouvidor do Ceará, Manoel Magalhães Pinto e Avelar à rainha D. Maria I, informando sobre a situação dos índios da referida Capitania, que são vítimas de tirania e exploração dos diretores das vilas, dos europeus, dos ouvidores e mesmo governadores, bem como a respeito do uso e cultivo da quina e outras plantas medicinais. Aquiraz, 03.03.1786. In: *Documentos Avulsos da Capitania do Ceará*. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, digitalizados.

<sup>11</sup> Ronald Raminelli entende as trocas entre vassalos e soberano baseado em uma dinâmica centro / periferias, o que também viria a constituir-se em um elemento importante da cultura política do Antigo Regime denominado 'economia das mercês': "Por meio de inventários, crônicas e mapas, o mundo colonial era codificado e transformado em papel para ser enviado ao núcleo administrativo (...). As teias informativas dentro do império forjavam-se aos moldes da sociedade do Antigo Regime, seguiam a mesma lógica hierárquica, a mesma busca de privilégios e distinções. Como qualquer serviço prestado à realeza, o conhecimento era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos. Virtude própria dos soberanos, a liberalidade era mecanismo de recompensa. Esses vassalos por sua vez, radicavam-se no ultramar, nas franjas do império, e produziam conhecimento indispensável à manutenção do domínio; ao mesmo tempo, criavam elos com o rei e sua administração, viabilizando o governo à distância." Cf. RAMINELLI, 2008; GOMES, 2010.

subsequentes 17 anos passa a perscrutar a Capitania, produz uma série de “Memórias”, buscando compreender aspectos da terra, da fauna, da flora e dos habitantes da Capitania. Através desse procedimento de escrita e representação em um âmbito mais alargado, com suas publicações na Academia Real de Ciências de Lisboa, e posteriormente, na Revista Científica e Literária “*O Patriota*”, Feijó elabora uma imagem da Capitania do Ceará para a Coroa lusitana, circunscreve suas fronteiras através de sua escrita e da elaboração de seus mapas, assim como potencializa riquezas a serem exploradas na Capitania. A leitura de seus escritos e suas memórias passa então a ser um referencial importante para aqueles que escrevem sobre a Capitania e posterior Província do Ceará no século XIX, é assim com os integrantes da Comissão Científica de Exploração em 1859-61; com Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e seu “*Ensaio Estatístico da Província do Ceará*”, de, em 1863; e com a elaboração da “*História da Província do Ceará*”, por Tristão de Alencar Araripe, em 1867.

Feijó em sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*, escrita em 1810, traça em linhas gerais uma imagem da Capitania do Ceará que de certa maneira entra em conflito com outros relatos do mesmo período, em grande medida, ajusta-se esse otimismo pela sua mentalidade de ilustrado, pela crença em uma ideia de desenvolvimento e na transformação do mundo natural baseado em meios racionais, afirma Feijó:

É necessário ter muito pouco conhecimento do físico da Capitania do Ceará para duvidar das imensas vantagens que ella pode produzir em utilidade de seus habitantes, aumento do seu commercio e prosperidade geral do Estado: assim me tem persuadido a continuada observação que tenho feito sobre o seu físico e moral por espaço de onze anos sucessivos, em razão do meu officio.<sup>12</sup>

No Ceará, João da Silva Feijó adianta-se a um grande número de viajantes estrangeiros que posteriormente atravessam a Capitania, e que, em nome da ciência, povoam com a nomenclatura científica a fauna e a flora do território. Flora Sússekind tece alguns comentários valorosos acerca de viajantes e narradores estrangeiros e brasileiros. Flora explicita que:

---

<sup>12</sup>Memória sobre a Capitania do Seará, escrita da ordem superior pelo Sargento-Mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das investigações *philosophicas* da mesma. In: Revista do Instituto do Seará. ANNO III, 1889, p. 03.

No caso de terras recém-descobertas, lugares ainda sem nome, o sujeito, eterno Adão, de fato não pertence a elas, mas caberia a ele dar nome ao que vê, dar a partida para a inscrição de tais locais no mundo dos brancos, dos mapas e do tempo histórico. Sua origem marcaria a origem dessas ilhas aos olhos do ocidente e sua mudança de um estado de pura natureza para uma corrida em direção ao que este viajante entendesse por civilização, semente a ser lançada por ele, nessa terra que crê, paradisíaca ou infernalmente em branco. (SÜSSEKIND, 1990)

Evidente que o caso do naturalista Feijó não é exatamente esse, a Capitania do Ceará não se constituía como um espaço em branco *conradiano* nos mapas e nas terras pertencentes ao Império lusitano, no entanto, talvez o fosse ao âmbito das ciências e do efetivo reconhecimento, povoação, exploração e “civilização” dessas terras.

José Eudes Gomes, que analisa as formas de “territorialização do poder régio” na Capitania do Ceará no século XVIII, através da distribuição de grandes porções de terras, as sesmarias, e patentes militares aos vassalos que prestaram serviços na ocupação do território, e que acabam por constituir-se como potentados locais no território da Capitania, atenta em um primeiro momento, para as dificuldades do povoamento pelo elemento lusitano na Capitania, de certa maneira, bem tardio, com os primeiros levantamentos de tropas no início do século XVII. Ainda atenta para a Guerra dos Bárbaros<sup>13</sup> e a expansão da pecuária como elementos vetoriais constituintes desse povoamento do elemento lusitano ao longo do século XVII e XVIII.

Em fins do Século XVIII, as preocupações na Capitania do Ceará já se mostravam diferentes, o fluxo das relações comerciais, o aperfeiçoamento da navegação e o estado da agricultura se mostravam preocupações mais candentes naquele momento. Este último com um evidente vínculo com a preocupação com o estado de “civilização” dos povos, numa leitura fisiocrata da realidade social, onde a preocupação e a valorização de atividades ligadas

---

<sup>13</sup> Na Capitania do Ceará, principalmente na Ribeira do Jaguaribe e a movimentação dos “tapuias” (paiacus, icós e janduí) entre esta Ribeira e o Açu, na Capitania do Rio Grande do Norte. A Guerra dos Bárbaros (1680 – 1720), na Capitania do Ceará, foi principalmente marcada pelas atrocidades dos “terços dos Paulistas”, parafraseando Capistrano de Abreu, se constituindo como verdadeiros elementos despovoadores dos sertões.

à terra possuíam preponderância perante outras atividades. A agricultura, então, era tida como a “mãe dos povos”.

O próprio João da Silva Feijó, em sua *Memória sobre a Capitania do Ceará*, escrita em 1810, evidencia essa preocupação fisiocrata:

não deve ser menos atendido o que diz respeito a Agricultura do Paiz, pois que sem hesitação deve alli merecer o primeiro dos cuidados políticos, huma vez que he constantemente sabido ser a mãe do Genero Humano, e a origem primaria, e inesgotavel de toda a prosperidade pública, pela dupla vantagem de contribuir mais do que nenhuma outra, tanto ao augmento da população, como a hum vantajozo, e activo Commercio.<sup>14</sup>

Em Carta de 1º de janeiro de 1800, o Governador da recém-emancipada Capitania, Bernardo Manoel de Vasconcellos, direcionando-se ao Secretário de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, fala sobre suas projeções na Capitania do Ceará e ainda sobre a função civilizadora atribuída à agricultura, Vasconcellos enfatiza:

Expedi carta de officio ao Ouvidor geral e corregedor da Comarca para que fizesse registrar no livro das Camaras o sobredito Alvará a fim de tudo o que nelle se continha se puzesse em inteira e perfeita execução respectivamente e os *efeitos*, e gêneros cujo comercio interior deste paiz for susceptível da applicação que o Alvará determina, como porém nas povoações desta Capitania a introdução dos gêneros comestíveis não tem a regularidade que produz a ordem estabelecida nas sociedades já organizadas e fixas e por isso o juízo da Alfandega sem exercício de imposição de taxas e condemnações, que dantes tinha por não ter objeto em que se empreguem ficará pois o dito Alvará regulando por ora alguns casos incidentes, a que dê motivos, hum ou outro vivandeiro, que transporte e introduza nas ditas povoações gêneros daquela natureza os quais possam gozar de liberdade em vende-los como o Alvará declara.

Eu desejarei ter a satisfação que *com o progresso do tempo, exercendo a civilização dos habitantes possa ter lugar em todos os seus artigos*, e participar a V. Ex<sup>a</sup> o adiantamento assim nos mais objetos como também neste igualmente à prosperidade e aumento desta Capitania, que V. Ex<sup>a</sup> tanto promove e deseja.<sup>15</sup>

A carta do governador da Capitania, importante interlocutor de Feijó no Ceará, nos leva a questionar acerca do papel atribuído à agricultura no processo de civilização dos seus

<sup>14</sup> FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a Capitania do Seará*. O Patriota, n. 2, março/abril de 1814, p. 21.

<sup>15</sup> 1800, Janeiro 1, Fortaleza – Ofício do governador do Seará Bernardo Manoel de Vasconcelos, ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o Alvará de 1765 relativo ao comércio de gêneros na referida Capitania. In: *Documentos Avulsos da Capitania do Seará*. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, digitalizados.

habitantes, nos leva ao mesmo tempo a pensar acerca do conceito de cultura, em fins do século XVIII ainda como sinônimo de civilização. Nas palavras de Terry Eagleton, “o conceito de cultura, etimologicamente falando, é um conceito derivado do de natureza. Um de seus significados originais é ‘lavoura’ ou ‘cultivo agrícola’, o cultivo do que cresce naturalmente”. (EAGLETON, 2005; 09) “Ela sugere tanto regulação como crescimento espontâneo. O cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma, a qual então lhe empresta algo da recalitrância da natureza”. (EAGLETON, 2005; 13)

Para além desse apregoado processo de civilização, crença no progresso e desenvolvimento, cabe observar as interfaces que se evidenciam entre conhecimento científico e conhecimento nativo. Em 1803, Feijó elabora uma “relação das sementes das plantas agrestes da Capitania do Ceará”. Como discípulo de Vandelli, conhecedor dos códigos taxionômicos “*lineanos*”, chega a classificar boa parte do material recolhido, porém, se detém e se preocupa também em deixar evidente o “nome vulgar”:

System. Class. 1º	Vulgar
Canna indica lutea	pacavira amarela
Panicum	mihan
Tripalis	pajahú <sup>16</sup>

As viagens e as representações elaboradas naquele momento possuem um sentido bem claro, inventariar o mundo, pelo menos, no que trata aos naturalistas luso-brasileiros, inventariar a imensidão das colônias lusitanas, as potencialidades e as riquezas minerais e as maravilhas botânicas asiáticas, africanas, e principalmente americanas.

No entanto, a destruição ou a má utilização das riquezas e potencialidades encontradas torna-se então uma preocupação política para o ilustrado, trata-se de um horizonte de expectativas ancorado na ideia de progresso, civilização, os propalados “melhoramentos”, enfim, a preocupação com o bem comum, que é colocada em risco por parte dos imprevidentes e seus “abusivos roçados”:

<sup>16</sup> Relação das sementes das plantas agrestes da Capitania do Ceará, que se remetem para o Real Jardim Botânico da Ajuda, por ordem de Sua Alteza, e conteúdas em o caixote com marca R.=N.- pag. 213.

o gonçalo-alves, o rabuge e outros semelhantes deixar-se ião aproveitar para o comercio, subministrando-lhes lucrativo lastro para as embarcações nacionais, que navegam para a Europa carregadas de algodão, pois por falta disso são obrigados a comprar para os seus lastros o ferro em Inglaterra, e desta sorte aproveitar-se hia immensa quantidade dessas madeiras, que o fogo dos abusivos roçados annualmente consome, e de outras que se desperdição. (...) Não seria desacerto se o governo tivesse sobre tão importante objeto vistas mais circunspectas, impedindo-se de alguma sorte este pernicioso abuso na destruição continuada das mattas virgens, como para que se cuide em conservar e melhorar as poucas, que ainda há perto do mar, e se promovam, como é fácil, novas plantações das mais preciosas perto do mar; o que de certo para o diante daria immenso interesse à Real Fazenda.<sup>17</sup>

José Augusto Pádua percebe que a matriz do que vem a ser o pensamento e a crítica ambiental brasileira tem sua gênese na geração luso-brasileira que compõe os quadros da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XVIII, da qual fazia parte João da Silva Feijó. No entanto, como o mesmo Pádua esclarece, não necessariamente aqueles que mantiveram contato com as diferentes instituições lusitanas se manifestaram contra a degradação do mundo natural<sup>18</sup>

Reitera-se desse modo, o papel dessa crítica ambiental, ainda que o interesse na proteção não tivesse posto por elementos concernentes ao valor em si do mundo natural, mas sim ancorado em um valor utilitário onde o “interesse da Real Fazenda” falava mais alto.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- ARARIPE, Tristão Alencar de. *História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850*. 2ª edição anotada. Tipografia Minerva: Fortaleza – Ceará, 1958.
- BRIGOLA, João Carlos. Domenico Agostino Vandelli: Um naturalista italiano a serviço de Portugal e do Brasil. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial; Teatro de Sombras: a Política Imperial*. 2ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

<sup>17</sup> Memória sobre a Capitania do Seará, escrita da ordem superior pelo sargento mor João da Silva Feijó, naturalista encarregado por S. A. R. das Investigações Philosophicas da mesma. In: Revista do Instituto do Seará. ANNO III, 1889, p. 25.

<sup>18</sup> PÁDUA. Idem.

- DIAS, Maria Odila L. da S.. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- FEIJÓ, João da Silva. *Memória Sobre a Capitania do Ceará*. O Patriota, n. 2, março e abril de 1814.
- \_\_\_\_\_. *Memória Econômica sobre o Gado Lanígero da Capitania do Ceará*.
- \_\_\_\_\_. *Memória sobre as Lavras do Oiro da Mangabeira*.
- GAUER, Ana Maria Chittó. *A Construção do Estado Nação no Brasil: A Contribuição dos Egressos de Coimbra*. Curitiba, Juá: 2001.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo - História de uma polêmica: 1750-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, José Eudes. *As milícias d'el Rey: Tropas militares e poder setecentista*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- HARTOG, François. *Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Trad. de Jacyntho Lind Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- KURY, Lorelai, A Filosofia das viagens: Vandelli e a História natural. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes, 2008.
- MAXWELL, Keneth. *A devassa da Devassa: A inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750 – 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (1ª edição 1973)
- \_\_\_\_\_. Marquês de Pombal: *Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- NOBRE, Geraldo Silva. *João da Silva Feijó: um naturalista no Ceará do Ceará*. Fortaleza, Instituto Histórico do Ceará/GRECEL.
- NOGUEIRA, Paulino. *O Naturalista João da Silva Feijó*. In: Revista do Instituto do Ceará, ANO II, TOMO II, 1888, p. 247-276.
- PÁDUA, José Augusto. *“Um sopro de destruição”*: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1786 – 1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008, pag. 20.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VANDELLI, Domenico. Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar. In: *O Gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Dantes, 2008, pp. 93 – 158.